



RELATÓRIO SOBRE A ATUAÇÃO DOS CENTROS DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR
BIÊNIO 2014-2015

A Assessoria Técnica Psicossocial (ATP) tem, dentre suas atribuições, o papel de assessorar a Defensoria Pública-Geral nas questões relativas ao Serviço Social e à Psicologia, regulamentar os procedimentos técnicos concernentes a estas áreas do conhecimento, coletar e analisar dados referentes ao atendimento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAMs) para subsidiar propostas de políticas de atendimento e de políticas públicas, bem como elaborar relatório sobre as atividades desenvolvidas pelo setor psicossocial, com vistas a manter e melhorar a qualidade do trabalho, encaminhando-o à Defensoria Pública-Geral, conforme Deliberação CSDP nº 187/2010.

Tendo como base estes fundamentos, apresentaremos o presente relatório sobre a atuação das equipes dos CAMs das Unidades e Regionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), referente ao biênio 2014-2015, com base nos registros informatizados alimentados em sistema específico para uso do CAM, "SISCAM"¹. Apresentaremos também informações extraídas dos relatórios qualitativos de atividades que são desenvolvidos pelas/os assistentes sociais e psicólogas/os dos CAMs e enviadas bimestralmente à ATP.

Vale ressaltar que no mês de abril deste ano o CAM completou seis anos de história nesta Defensoria Pública, contribuindo para a efetivação da missão institucional de prestar atendimento integral e interdisciplinar. Esta atuação possibilita atenção especializada a demandas complexas como transtorno mental, uso problemático de drogas, violência doméstica e outros tipos de violência, vulnerabilidades sociais e conflitos familiares, buscando sobretudo vias extrajudiciais para a garantia de direitos da população usuária da DPESP.

¹ O SISCAM foi desenvolvido em 2013 para uso provisório até a implantação do Módulo CAM no Sistema Defensoria Online (DOL). Hoje, vemos que há necessidade de adequação do registro de dados para que estes melhor representem as atividades realizadas pelo CAM. Nesse sentido, já apresentamos sugestões para o Módulo CAM do DOL e estamos aguardando sua implantação, para chegarmos a um sistema único de registro na Instituição.



O CAM realiza atendimento social e/ou psicológico; produz manifestações técnicas como estudos, laudos e pareceres; mapeia e se articula com a rede de serviços; promove composição extrajudicial de conflitos e realiza atividades de educação em direitos e de formação.

Acreditamos que a atuação interdisciplinar de assistentes sociais e psicólogas/os, em conjunto com defensoras/es públicas/os, amplia o sentido de justiça e potencializa as estratégias para seu acesso.

Passamos agora para a apresentação dos dados.

1 - ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGAS/OS NA DPESP

Tabela 1: Quadro atual das vagas de assistentes sociais e psicólogas/os na DPESP

Situação da Vaga/Profissão	Assistente Social	Psicóloga/o	Total
Vagas ocupadas	53	52	105
Vagas em aberto - Exonerações	4	11	15
Vagas em aberto - Nunca providas	13	9	22
Total de vagas	70	72	142

Ao analisarmos a tabela acima, observamos que 26% dos cargos de assistentes sociais e psicólogas/os do CAM estão vagos, sendo que 10% do total (142 vagas) estão em aberto em decorrência de exonerações, ocorridas nos últimos dois anos, não repostas.

2 - CASOS NOVOS RECEBIDOS PELOS CAMs

Ao analisarmos os casos novos que chegaram aos CAMs e que passaram a ser acompanhados pelas equipes, conforme tabela abaixo, vemos que houve um acréscimo no número total no último ano. Cabe ressaltar que “casos novos” correspondem a demandas encaminhadas aos CAMs as quais ainda não estavam sendo acompanhadas pelo setor e que, na maioria das vezes, cada um deles pode gerar diversos procedimentos técnicos, como atendimentos, encaminhamentos, elaboração de relatórios etc.



Tabela 2: Número de casos novos encaminhados aos CAMs por ano

Ano	2014	2015	Total
Número de Casos Novos ²	15.911	16.362	32.273

3 - ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS/SOLICITAÇÕES AOS CAMS

Conforme a Tabela 3, podemos observar que a maioria dos casos encaminhados aos CAMs provêm da Triagem, ou seja, são casos que ainda não estão judicializados e que podem, através da atuação interdisciplinar compondo a assistência jurídica integral, buscar estratégias extrajudiciais para o atendimento das demandas.

Tabela 3: Origem das solicitações aos CAMs por ano

Origem das Solicitações	2014	%	2015	%	Total	%
Triagem (incluindo Pólos e 2º Atend. Capital)	11.547	73%	10.985	67%	22.532	70%
Retorno de Banca	3.461	22%	4.224	26%	7.685	24%
Sem Informação	577	4%	566	3%	1.143	4%
Rede de Serviços	278	2%	487	3%	765	2%
Núcleo Especializado	32	0%	33	0%	65	0%
JVD	-	-	40	0%	40	0%
Ouvidoria	16	0%	14	0%	30	0%
Audiência de Custódia	-	-	10	0%	10	0%
CAM de outra Unidade ou Regional		-	3	0%	3	0%
Total	15.911	100%	16.362	100%	32.273	100%

² Destacamos que este número está subestimado, tendo em vista que não estão computados os casos acompanhados nos CAMs que fazem uso exclusivo do DOL em caráter piloto (Guarujá, Itapetininga e Jaú). No período analisado foram registrados 2338 acompanhados nestas Unidades.



Por outro lado, ao compararmos a atuação nos dois últimos anos, vemos que houve um aumento relevante no número de casos identificados como “Retorno de Banca”, os quais já foram distribuídos a uma/um determinada/o defensora/r e que, em sua maioria, já estão vinculados a um processo judicial. Este aumento pode apontar para um incremento da atuação de assistentes sociais e psicólogos/os em intervenções processuais específicas, como por exemplo a atuação como assistente técnico.

Além disso, podemos observar novos tipos de atuações que passaram a ser identificadas e desenvolvidas em contextos específicos, tais como as intervenções nos Juizados de Violência Doméstica (JVDs) e junto às Audiências de Custódia, que começaram a ter campo próprio para registro no SISCAM mais recentemente – a partir de abril de 2015, no caso dos JVDs, e de agosto de 2015, no caso das Audiências de Custódia – possibilitando o levantamento e a análise dos dados.

Outra informação interessante refere-se aos casos encaminhados diretamente pela Rede de Serviços. Ocorre que, após alguns anos de atuação, as/os profissionais dos CAMs foram estreitando relações e construindo laços colaborativos com equipamentos, principalmente das políticas públicas, o que fez com que profissionais de tais serviços passassem também a encaminhar usuárias/os e situações à DPESP, diretamente aos CAMs (posteriormente, os casos são acompanhados conjuntamente com defensoras/es públicas/os). São situações que, devido sua complexidade e/ou urgência, acabam chegando ao CAM sem terem sido acolhidas no fluxo “padrão” da Instituição. Por exemplo: caso grave de violação de direitos em que o cidadão não estava conseguindo acessar a DPESP por estar internado em clínica, contra a sua vontade. Vemos que este tipo de articulação com a Rede tem crescido ao longo dos anos, fortalecendo a interlocução da DPESP com as demais políticas públicas.

4 - NATUREZA JURÍDICA DOS CASOS ENCAMINHADOS AOS CAMS

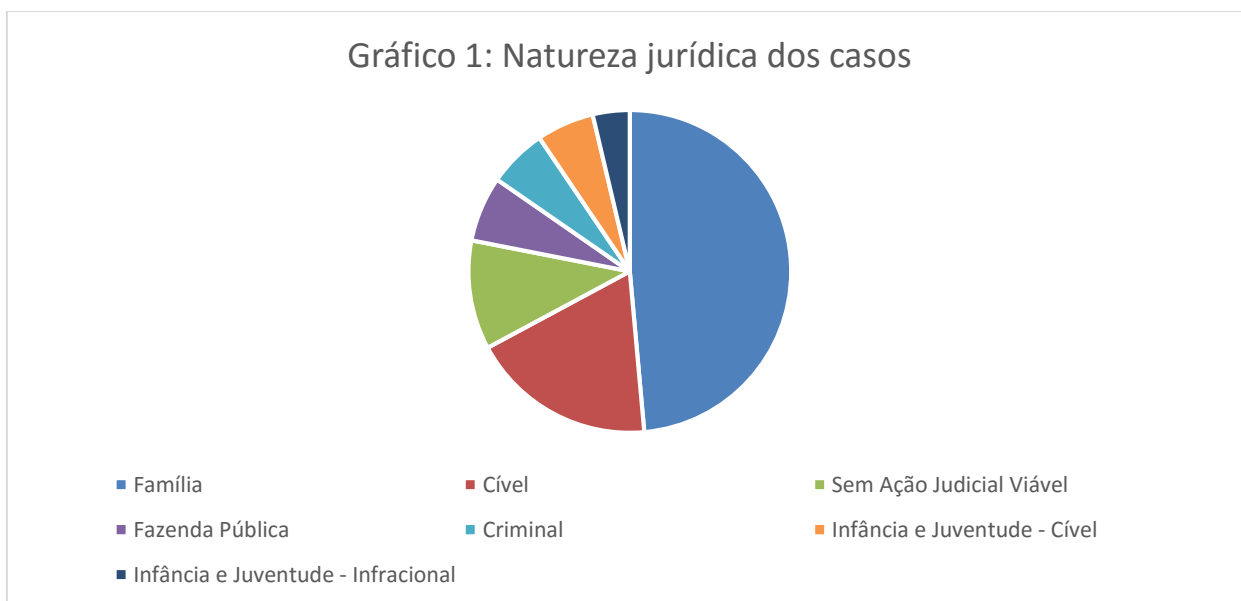
A maior parte dos casos encaminhados aos CAMs são relacionados à área da Família, conforme podemos observar na tabela e no gráfico abaixo.



Tabela 4: Natureza jurídica dos casos por ano

Natureza jurídica dos casos	2014	%	2015	%	Total	%
Família	7.597	48%	8.077	49%	15.674	49%
Cível	3.049	19%	2.951	18%	6.000	19%
Sem Ação Judicial Viável	1.877	12%	1.651	10%	3.528	11%
Fazenda Pública	990	6%	1.122	7%	2.112	7%
Criminal	882	6%	1.020	6%	1.902	6%
Infância e Juventude - Cível	897	6%	965	6%	1.862	6%
Infância e Juventude - Infracional	619	4%	576	4%	1.195	4%
Total	15.911	100%	16362	100%	32.273	100%

Gráfico 1: Natureza jurídica dos casos



Chama atenção o número expressivo de casos “sem ação judicial viável”, os quais são direcionados aos CAMs com vistas à garantia de direitos quando os recursos judiciais já foram extrapolados ou não atendem às necessidades da/o cidadã/ão, família ou grupo que procurou a DPESP.

Percebemos, ainda, que o acionamento do CAM para atuação em áreas sensíveis e de intervenção prioritária, tais como Criminal e Infância e Juventude, respectivamente, pode ser fomentado, tendo em vista que a atuação interdisciplinar nestas áreas tem mostrado resultados importantes. Por exemplo: atuação na Política Institucional Mães em Cárcere / CONVIVE.



5 - PRINCIPAIS DEMANDAS DOS CASOS ENCAMINHADOS AOS CAMS

A próxima tabela nos apresentará as principais demandas encaminhadas aos CAMs:

Tabela 5: Demanda principal dos casos por ano

Demanda Principal	2014	%	2015	%	Total	%
Conciliação/ Mediação	4.761	30%	5.130	31%	9.891	31%
Saúde Mental (uso de drogas/ transtorno mental)	2.823	18%	2.022	12%	4.845	15%
Conflito Familiar	1.362	9%	1.462	9%	2.824	9%
Guarda	897	6%	1.014	6%	1.911	6%
Sem Informação	694	4%	781	5%	1.475	5%
Habitação	617	4%	772	5%	1.389	4%
Outros	640	4%	613	4%	1.253	4%
Saúde	524	3%	717	4%	1.241	4%
Violência/ Negligência-Mulher	523	3%	632	4%	1.155	4%
Assistência Social, Benefícios e PTR	530	3%	496	3%	1.026	3%
Suporte Psicológico/ Emocional	357	2%	298	2%	655	2%
Trabalho e Capacitação Profissional	346	2%	287	2%	633	2%
Educação	299	2%	280	2%	579	2%
Orientação Social	335	2%	241	1%	576	2%
Violência/ Negligência-Criança e Adolescente	221	1%	289	2%	510	2%
Acolhimento Institucional (SAICA)	163	1%	317	2%	480	1%
Situação de Rua	185	1%	251	2%	436	1%
Curatela	104	1%	212	1%	316	1%
Sem Demanda CAM	147	1%	162	1%	309	1%
Violência/ Negligência-Idoso	122	1%	128	1%	250	1%
Pessoa com Deficiência	110	1%	111	1%	221	1%
Quebra de Medida Socioeducativa	52	0%	34	0%	86	0%
Ameaça de Morte	35	0%	40	0%	75	0%
Violência/ Negligência-Pessoa com Deficiência	24	0%	36	0%	60	0%
Negativa de Atendimento por Órgão Público	24	0%	27	0%	51	0%
Denúncia de Agressão Institucional	16	0%	10	0%	26	0%
Total	15.91	100	16.36	100	32.27	100

Vemos que as demandas mais direcionadas aos CAMs são as identificadas como passíveis de tentativas de Composições Extrajudiciais de Conflito, com técnicas de



“conciliação/mediação”, seguidas por situações envolvendo Saúde Mental (uso problemático de drogas e/ou transtorno mental), Conflitos Familiares e Guarda.

6 - DEMANDAS ASSOCIADAS

Interessante notar que cada caso acompanhado pelo CAM, via de regra, é complexo e com mais de uma demanda ou solicitação envolvida. Na Tabela 6, vemos que na maior parte dos casos – 51% em 2014 e 55% em 2015 – foi identificado mais de um tipo de demanda³. Também observamos que certas demandas podem não aparecer como “demanda principal”, mas se destacam quando analisamos o quadro com as “demandas associadas”:

Tabela 6: Demandas associadas por ano

Demanda Associada	2014	%	2015	%	Total	%
Sem Informação	7.738	49%	7.437	45%	15.175	47%
Conflito Familiar	2.228	14%	3.068	19%	5.296	16%
Saúde Mental (uso de drogas/ transt. mental)	955	6%	1.017	6%	1.972	6%
Conciliação/ Mediação	673	4%	608	4%	1.281	4%
Assistência Social, Benefícios e PTR	461	3%	531	3%	992	3%
Saúde	518	3%	379	2%	897	3%
Guarda	467	3%	427	3%	894	3%
Suporte Psicológico/ Emocional	454	3%	368	2%	822	3%
Violência/ Negligência-Mulher	399	3%	392	2%	791	2%
Outros	340	2%	430	3%	770	2%
Violência/ Negligência-Criança e Adolescente	265	2%	312	2%	577	2%
Orientação Social	236	1%	304	2%	540	2%
Habitação	216	1%	230	1%	446	1%
Negativa de Atendimento por Órgão Público	178	1%	192	1%	370	1%
Situação de Rua	168	1%	160	1%	328	1%
Violência/ Negligência-Idoso	140	1%	121	1%	261	1%
Sem demanda CAM	162	1%	61	0%	223	1%
Curatela	60	0%	64	0%	124	0%
Acolhimento Institucional (SAICA)	32	0%	70	0%	102	0%
Acessibilidade-Pessoa com Deficiência	54	0%	47	0%	101	0%
Educação	55	0%	45	0%	100	0%
Violência/Negligência-Pessoa com Deficiência	27	0%	34	0%	61	0%
Trabalho e Capacitação Profissional	40	0%	20	0%	60	0%

³ Chegamos a estes valores considerando os casos em que esta informação (“demanda associada”) foi identificada no sistema, excluindo a porcentagem de casos “sem informação”, que foi de 49% em 2014 e 45% em 2015.



Quebra de Medida Socioeducativa	29	0%	12	0%	41	0%
Ameaça de Morte	13	0%	21	0%	34	0%
Denúncia de Agressão Institucional	3	0%	12	0%	15	0%
Total	15.911	100%	16.362	100%	32.273	100%

Consideramos que os dados de 2014 e 2015, em relação às demandas, não mostraram variações significativas, já que apresentaram distribuições semelhantes. Interessante notar que “conflitos familiares” aparece como a demanda associada mais recorrente.

7 - ATUAÇÃO EM COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITO

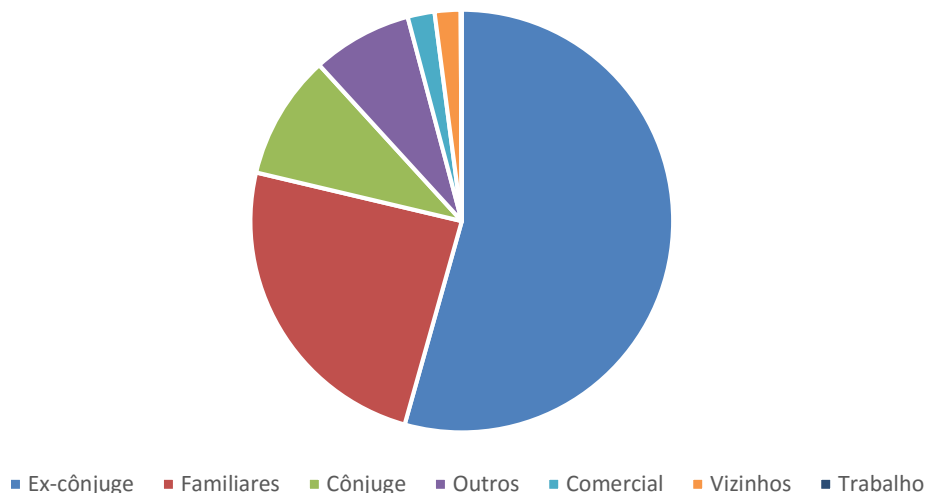
Como vimos, demandas ligadas a Composições Extrajudiciais de Conflitos, nas quais podem ser utilizadas técnicas da Conciliação e da Mediação, apareceram como as mais encaminhadas aos CAMs. Vejamos agora mais alguns dados sobre esta atuação:

Tabela 7: Relação entre as partes (considerando apenas os casos em que esta informação foi identificada no Sistema) por ano

Relação entre as partes	2014	%	2015	%	Total	%
Ex-cônjuge	2931	63%	2195	46%	5126	54%
Familiares	737	16%	1558	33%	2295	24%
Cônjuge	396	8%	502	11%	898	10%
Outros	406	9%	316	7%	722	8%
Comercial	104	2%	90	2%	194	2%
Vizinhos	107	2%	80	2%	187	2%
Trabalho	4	0%	4	0%	8	0%
Total Geral	4685	100%	4745	100%	9430	100%



Gráfico 2: Relação entre as partes



Vemos que a grande maioria das pessoas que participam de encontros de Composições Extrajudiciais de Conflito têm, entre si, relações de continuidade, principalmente ex-cônjuges e familiares.

8 - RESULTADO DAS COMPOSIÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITO

Em relação ao resultado dessas tentativas de Composição Extrajudicial, temos o seguinte quadro:

Tabela 8: Resultado da Composição por ano

Resultado da Composição	2014	2015	Total	Total (%)
Sem Informação	1044	1237	2281	23%
Ausência da parte contrária	834	824	1658	17%
Ausência da parte usuária	117	103	220	2%
Ausência de ambas as partes	392	274	666	7%
Em acompanhamento	58	143	201	2%
Frutífera	1505	1761	3266	33%
Infrutífera	811	794	1605	16%
Total Geral	4761	5136	9897	100%



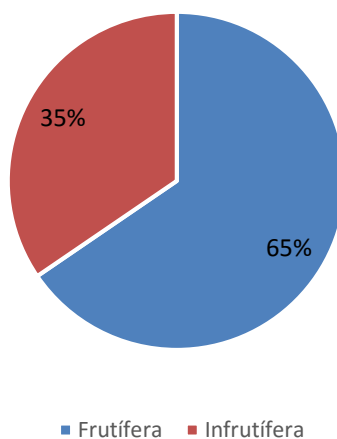
Cabe destacar que, para análise deste aspecto, estamos considerando o número de casos, sendo que cada uma destas situações geralmente envolve mais de um atendimento ou encontro de composição extrajudicial de conflito. Vemos que o índice de ausência, se somarmos todos os tipos, chega a 26%. A ausência da parte convidada é mais frequente, o que pode se dar pelo fato desta pessoa não ter procurado inicialmente a DPESP e ainda não ter estabelecido vínculo e confiança com a Instituição. Também podemos ver que há muitos casos sem informação, o que aponta para a necessidade de maior acuidade na alimentação do sistema.

Para facilitar o exame destes dados, iremos considerar, na próxima tabela, apenas os casos em que a composição efetivamente ocorreu e que o resultado foi identificado no sistema.

Tabela 9: Resultado da Composição (casos efetivamente atendidos) por ano

Resultado da Composição	2014	%	2015	%	Total	%
Frutífera	1.866	64%	2.087	67%	3.953	65%
Infrutífera	1.072	36%	1.013	33%	2.085	35%
Total	2.938	100%	3.100	100%	6.038	100%

Gráfico 3: Resultado das Composições (2014-2015)



Desta forma, com base nos dados do biênio, temos que em 65% dos casos atendidos em Composições Extrajudiciais o resultado foi frutífero, ou seja, as partes, com auxílio do CAM, conseguiram construir uma saída ou solução para o conflito, o que, na maioria das vezes, é



formalizada por meio de um acordo. Esse índice foi de 64% em 2014 e cresceu para 67% em 2015.

Ressaltamos que a análise acerca da composição ser frutífera ou não é muito relativa e dá margem para diversas interpretações. Para fins de preenchimento deste Sistema, consideramos “frutífera” a composição que desencadeou em resolução do conflito por meio de um acordo – formal ou não. Porém, considerando que as composições envolvem encontros nos quais são oferecidos espaços de reflexão e diálogo às pessoas envolvidas em um conflito, pessoas estas que, como vimos, na quase totalidade dos casos são familiares e estabelecem entre si vínculos de continuidade, podemos considerar que o fato de se proporcionar tais encontros já pode ser, por si só, frutífero, do ponto de vista relacional.

9 - PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELAS EQUIPES CAM

Como vimos, os casos encaminhados aos CAMs são complexos e, na maioria das vezes, envolvem múltiplas demandas. Desta forma, as/os profissionais têm que lançar mão de diferentes procedimentos ou ferramentas técnicas para que o acompanhamento da situação seja o mais completo e qualificado possível. Na próxima tabela veremos quais foram os procedimentos mais utilizados pelas equipes CAM em 2014 e 2015.

Tabela 10: Procedimentos realizados por ano

Tipo de Procedimento	2014	2015	Total
Atendimento Psicossocial	13.223	13.785	27.008
Conciliação/Mediação	4.461	4.489	8.950
Contato com a rede	9.238	9.853	19.091
Contato com familiares	1.497	1.572	3.069
Contato telefônico	12.122	11.279	23.401
Discussão de caso com defensor	3.992	4.702	8.694
Encaminhamento - Assistência Social	1.423	1.349	2.772
Encaminhamento - Atendimento Jurídico DPE	651	638	1.289
Encaminhamento - CAM (outra Unidade)	75	61	136
Encaminhamento - Conselho Tutelar	122	90	212



Encaminhamento - Cultura/Esporte/Lazer	16	12	28
Encaminhamento - Delegacia	36	55	91
Encaminhamento - Educação	218	221	439
Encaminhamento - Habitação	235	166	401
Encaminhamento - Política para Egressos	15	23	38
Encaminhamento - Previdência Social	47	28	75
Encaminhamento - Proteção à Mulher	237	280	517
Encaminhamento - Saúde	2.697	2.098	4.795
Encaminhamento - TJ, MP ou DPU	96	50	146
Encaminhamento - Trabalho/Capacitação Profissional	406	294	700
Encaminhamento CEJUSC	45	352	397
Encaminhamento CIC	4	3	7
Encaminhamento para advogado convenio ou dativo	506	381	887
Entrevista	4.442	4.637	9.079
Estudo Bibliográfico	62	110	172
Estudo dos Autos	825	836	1.661
Orientação Terminativa	1.600	1.600	3.200
Outros encaminhamentos	1.826	2.317	4.143
Participação em audiência	81	78	159
Registro-Formulação de Quesitos	49	45	94
Registro-Informação/Declaração	3.185	3.534	6.719
Registro-Laudos	32	39	71
Registro-Parecer	205	170	375
Registro-Relatório	2.968	2.851	5.819
Visita Domiciliar	234	215	449
Visita Institucional	184	171	355
Total Geral	67.055	68.384	135.439

Podemos ver que o número de procedimentos técnicos aumentou do ano de 2014 para 2015 e que os recursos mais utilizados pelas equipes são: **atendimento, composição extrajudicial de conflitos** (“conciliação/mediação”), **contato com a rede e encaminhamento**. A política pública mais acionada através dos encaminhamentos foi a Saúde, seguida da



Assistência Social. Também se destacam as **produções técnicas**, através da elaboração de Relatórios, Laudos e Pareceres.

10 - OUTRAS AÇÕES DOS CAMS

Além das atividades já apresentadas, relacionadas à atuação dos CAMs em casos individuais, estas/es profissionais desenvolvem outras ações, de caráter coletivo, tais como projetos de educação em direitos, eventos de formação e capacitação e interlocuções intersetoriais mais amplas.

Ações de Articulação com a Rede: trata-se da interlocução intersetorial com a rede de serviços e políticas públicas dos territórios, tais como Saúde, Assistência Social, Habitação e Educação, visando a garantia e ampliação dos direitos das/os usuárias/os. São exemplos deste eixo de atuação a realização de visitas institucionais e de reuniões intersetoriais, nas quais são discutidos fluxos de encaminhamento, construção de projetos coletivos, esclarecimento sobre papéis institucionais, possibilidades de atuação integrada, etc. Vejamos na próxima tabela com quais políticas públicas e temáticas específicas os CAMs se articularam no último biênio.

Tabela 11: Número de Ações de Mapeamento e Articulação com a Rede, por área e por ano

Temática / Área	Número de ações por ano		Total	%
	2014	2015		
Infância/ Juventude	161	663	824	24%
Intersetorial	280	339	619	18%
Saúde Mental	119	336	455	13%
Assistência Social	210	226	436	13%
Outros	85	183	268	8%
Mulher	52	210	262	8%
Drogas/ Álcool	84	158	242	7%
Saúde	34	118	152	4%
Pessoa com Deficiência	9	75	84	2%



Pessoa Idosa	34	45	79	2%
Habitação	17	41	58	2%
Total	1.085	2.394	3.479	100%

De acordo com a tabela acima, podemos observar que a rede de serviços e políticas relacionadas à Infância e Juventude foi a mais trabalhada pelos CAMs, tendo, inclusive um grande incremento de 2014 para 2015. Em segundo lugar, temos a articulação intersetorial, que envolve temáticas transversais, seguida do trabalho com os serviços de Saúde Mental e da Assistência Social. Destacamos que as articulações com todas as áreas tiveram importante crescimento em 2015.

Atividades de Educação em Direitos e Formação: este eixo aporta duas dimensões da atuação. A primeira delas refere-se à realização de seminários, palestras, rodas de conversa ou outros eventos que podem ser voltados tanto à população atendida pela DPESP, quanto às/aos profissionais da rede de serviços, visando orientar as pessoas sobre seus direitos e o papel da Defensoria Pública. Além disso, propicia espaços de conhecimento e compartilhamento de experiências na perspectiva da garantia de direitos e acesso à Justiça. A segunda dimensão - Formação - refere-se a capacitações continuadas, voltadas à qualificação das/os profissionais da DPESP, nas quais as/os técnicas/os podem participar tanto na perspectiva de ouvinte quanto como colaboradora/r, organizadora/r, mediadora/r de debates ou palestrante.

Tabela 12: Número de Ações de Educação em Direitos e Formação por ano

Educação em Direitos e Formação	Número de ações por ano		Total	%
	2014	2015		
Colaboradora/r, Organizadora/r, Mediadora/r de Debates ou Palestrante	184	341	525	36,4%
Ouvinte	376	538	914	63,6%
Total	560	879	1.439	100%

Notamos que neste eixo de atuação também houve incremento no número de atividades, de 2014 a 2015, o que aponta para investimento na constante capacitação técnica, a qual se



mostra fundamental para a qualificação do atendimento à população usuária da DPESP, bem como mostra importante envolvimento das/os assistentes sociais e psicólogas/os em ações de educação em direitos.

São Paulo, 06 de maio de 2016.

Assessoria Técnica Psicossocial

Lidiane A. Dias	Marília M. de Almeida	Melina M. Miranda	Paula R. Cavalcante
Assistente Social	Psicóloga	Assistente Social	Psicóloga
CRESS 39.740	CRP 06/97.848	CRESS 36.651	CRP 06/81.724